

DESPACHO

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP n.º 030/2014

AUTO DE INFRAÇÃO n.º 2007.000003041936-68

COFIMP n.º 2007.000003041939-00

Trata-se de PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP n.º 030/2014, originário de Comunicação Fiscal ao Ministério Público – COFIMP, decorrente de auto de infração lavrado pela SEFAZ/PE em desfavor do contribuinte **CERÂMICA MONTE CARLO LTDA**, noticiando prática de crime contra a ordem tributária, devido a falta de recolhimento do ICMS, no período fiscal de 01/01/2003 a 31/12/2004, o que gerou imposto devido, no valor originário de **R\$ 243.388,89 (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**.

Considerando que estes autos se encontram SOB DEFESA JUDICIAL e foram remetidos pelo CAOP – Sonegação Fiscal, por meio do Ofício n.º 0283/2014, para acompanhamento desta Promotoria de Justiça (09).

Considerando a Consulta Processual de 1º Grau realizada, na qual visualizamos que o Processo n.º 0069947-52.2007.8.17.0001 0 – AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL, em trâmite na Sexta Vara da Fazenda Pública da Capital, consta que em 16.12.2014 fora juntada razões de recurso contra sentença, que julgou improcedente o pedido formulado na exordial (934-935).


Aida Arruda Lima de Arruda
Promotora de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CURADORIA SONEGAÇÃO FISCAL

PIMP 030/2014 – AI 2007.000003041936-68 – COFIMP 2007.000003041939-00 - DOC 4530406

Presidente Getúlio Vargas, n.º 464, Edifício Promotor de Justiça Epitácio Pessoa, Centro, Cabo de Santo Agostinho – PE
CEP 54.550-560 – Fone (PABX) 3182-3314 e Fax 3182-3326



Considerando que verifica-se que o contribuinte efetuou depósito do montante integral do valor perseguido pela Fazenda Pública, conforme Decisão acostada a fl. 913, datada de 10 de dezembro de 2007.

Considerando que a satisfação do crédito tributário sonegado, antes do recebimento da denúncia, implica na extinção da punibilidade, nos termos do art. 34 da Lei n.º 9.249/95, é de se reconhecer que, neste momento, não haveria justa causa para o oferecimento de denúncia criminal, fundada no referido auto de infração.

Considerando, com efeito, que o depósito judicial suficiente para satisfazer o crédito fiscal assume natureza de pagamento, pois, em caso de sucumbência do contribuinte, o Estado incorporará imediatamente ao tesouro os referidos valores.

Considerando, consequentemente, face ao direito fundamental decorrente da inafastabilidade do Poder Judiciário, não seria razoável ajuizar ação penal tributária sob o argumento de que a extinção da punibilidade estaria reservada às hipóteses de pagamento propriamente dito.

Considerando que, sendo líquido e certo o direito de o contribuinte contestar a existência da dívida tributária em Juízo, com o depósito dos valores suficientes para assegurar a quitação do crédito fiscal, no nosso sentir, não é razoável o aforamento da ação penal, que, neste caso, funcionaria como mero instrumento de pressão para desestimular referida iniciativa.

Posto isso, considerando que a pendência de ação de execução fiscal na esfera cível constitui questão prejudicial heterogênea facultativa que, a teor do art. 93 do Código de Processo Penal, poderá ocasionar a suspensão do curso do processo, a critério do juiz natural da causa, determino a **SUSPENSÃO** da tramitação do procedimento até deliberação final do Poder Judiciário acerca da subsistência ou não do auto de infração e integral adimplemento dos créditos tributários dele decorrentes.

Aida Regal Lemos de Araújo
Promotora de Justiça



Comunique-se esta decisão ao CAOP Sonegação Fiscal.

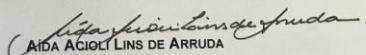
Determino, também, a expedição de ofício à Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco solicitando que comunique a este órgão do Ministério Público o resultado final da disputa judicial em apreço, tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, informando, também, se for o caso, a ocorrência da integral satisfação dos créditos tributários em questão.

Com os expedientes, remeta-se cópia deste despacho.

Por fim, *ad cautelam*, certifique-se do trâmite da DEFESA JUDICIAL, para acompanhamento mensal desta Promotoria de Justiça.

Segue, em anexo, Consulta Processual realizada no Site do TJPE.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de março de 2016.


AIDA ACÍOLI LINS DE ARRUDA
2ª Promotora de Justiça Criminal


Aida Acíoli Lins de Arruda
Promotora de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CURADORIA SONEGAÇÃO FISCAL
PIMP 030/2014 - AI 2007.000003041936-69 - COFIMP 2007.000003041939-00 - DOC 4530406
Presidente Getúlio Vargas, n.º 464, Edifício Promotor de Justiça Epitácio Pessoa, Centro, Cabo de Santo Agostinho - PE
CEP 54.550-560 - Fone (PABX) 3182-3314 e Fax 3182-3326